

A força da leitura

Elizabeth D'Angelo
Serra *

A denúncia sobre a baixa qualidade da escola brasileira começa finalmente a ser destaque e notícia na grande imprensa. As estatísticas e as pesquisas, porém, avisam-nos há anos sobre o caos a que chegamos.

A distribuição do livro didático, a merenda escolar, a construção de esboços não conseguiram modificar o triste prognóstico por ausência de uma proposta pedagógica competente. Além da evasão escolar, os alunos que permanecem na escola, saem dela, na sua maioria, despreparados para a vida. O mercado de trabalho ressentido de profissionais para desempenhar atividades simples ou sofisticadas, por uma deficiência básica: a língua portuguesa não é lida com a devida frequência, empobrecendo a expressão verbal; escrita e, o que é pior, o pensamento. A leitura em nossa sociedade, e por consequência na escola, não é ferramenta valorizada de maneira democrática.

A formação dos professores não privilegia a leitura como seu principal instrumento de trabalho. Professor que não lê habitualmente não consegue fazer de seus alunos leitores habituais. E quem não lê com frequência não pode escrever com clareza.

A educação de qualidade tem sido exclusivamente de parte da sociedade brasileira, conservadora e individualista, que detém o poder. A educação básica no Brasil é direito recente. Foi a Constituição de

1946 que pela primeira vez falou na obrigatoriedade do ensino básico. As primeiras escolas surgiram para atender às classes privilegiadas no final do século passado. A escola e a família, articuladas, ofereciam variadas oportunidades de leituras: acesso a bibliotecas, a exposições, a livros de arte, a espetáculos de música, de dança, de teatro, enfim, acesso a uma educação artística que, de maneira agradável e criadora, dava sentido ao conteúdo formal, às regras. Os pobres, até pouco tempo atrás, não tinham acesso à escola.

Com o modelo econômico desenvolvimentista, a necessidade de formar mão-de-obra fez da leitura, mesmo de maneira mecânica e restrita, condição básica para o trabalho. O governo aumentou então consideravelmente o número de vagas nas escolas. Porém, só as vagas democratizaram-se, não o conhecimento. Uma educação artística e científica, com professores leitores, vai, ao longo dos anos, deixando a escola pública. Com raríssimas exceções, hoje ela é o lugar da aplicação fria dos currículos, dos métodos e cobradora de resultados sem sentido, calcados em modelos absolutamente inatingíveis por quem a frequenta: alunos e professores. Não que a estes falte potencial, mas por absoluta falta de condições materiais e educacionais que lhes dê acesso aos bens culturais usufruídos pelas classes privilegiadas.

Os baixos salários pagos aos professores evidenciam, em linguagem econômica (termômetro desta sociedade), a pouca importância

que é dada à educação de qualidade para todos os cidadãos.

Poder ler crítica e criadoramente é condição básica para produzir, conviver e ser livre. Interpretar o conjunto de leis que regem a nossa pseudodemocracia deveria ser habilidade de todos e não de uns poucos.

As medidas anunciadas para acabar com o analfabetismo, em pleno Ano da Alfabetização, são as mesmas de sempre. As inúmeras experiências e pesquisas são desprezadas. Em nenhum momento, vimos valorizada a aquisição do hábito de leitura na formação do professor como chave mais importante para a solução do problema. As críticas apresentadas pressupõem uma totalidade de professores-leitores e estudiosos, o que não corresponde à realidade. A constatação, em países do primeiro mundo, do iletrismo traz-nos uma importante lição que está sendo desprezada. Alfabetizar é mais do que ensinar a reconhecer letras e números, significa oferecer condições de leitura, nas suas diversas formas, permanentemente.

Despertar a criança bem cedo para a vontade de ler, levando com que sua curiosidade natural possa encontrar respostas nos livros, ou que a partir das ilustrações e dos textos, que fazem sonhar e pensar, ela seja encorajada a criar suas próprias idéias, é função de todo adulto que tem perto de si uma criança. Alfabetizar, portanto, começa bem antes da Classe de Alfabetização e permanece para além dela. Pensar a

alfabetização educação-ensino, dessa forma, pressupõe adultos educadores, leitores. O adulto é, portanto, o mediador dessa ação que envolve conhecimento e afeto.

Urge, pois, criar uma grande estratégia de mobilização em torno da leitura, possibilitando-a a todos. A instauração de uma Política de Leitura é a alternativa.

Não foi sem leitura que os grandes pensadores e artistas deram contribuições decisivas à história da humanidade. Ainda hoje são os cidadãos leitores que impõem suas vozes para fazer circular as idéias e pressionar as mudanças, não importando o veículo usado. Mesmo a televisão, o cinema, o vídeo, com sua força no visual, têm como base o que está escrito. A leitura é o alimento do pensamento e também do corpo, já que mobiliza emoções que conduzem a maioria dos nossos atos. É a educação de qualidade, para todos, a única porta de saída justa e eficaz para um novo Brasil, e ela pressupõe nos seus alicerces uma sociedade de leitores, vivos. Na base para esse investimento estão: formação do educador, principalmente do ensino básico com ênfase na leitura, sensibilização dos adultos, educadores em potencial, através de uma campanha nacional de promoção de leitura; implementação de uma forte rede de bibliotecas públicas e escolares buscando integração entre as duas, rompendo assim muros burocráticos entre educação e cultura, com acervo de qualidade atualizado e bibliotecários preparados. Os empresários li-

gados ao livro precisam também conscientizar-se da importância social do objeto que produzem e comercializam. Governo e empresários devem juntos viabilizar esta luta.

O conhecimento acumulado está nos livros, hoje também nos vídeos, nos computadores. É direito de todos saber e poder chegar até eles. Pensemos na variedade de leituras que tivemos oportunidades de desfrutar e a importância disso em nossas vidas. Se aos professores forem dados o estímulo e as condições para serem leitores, a qualidade da educação brasileira será outra, e a sociedade, também.

Retrato da falta de interesse em valorizar a leitura nesse país é a situação da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Há 22 anos trabalhando em prol da promoção da leitura, tendo sido criadora da Ciranda de Livros e outros projetos de instalação de minibibliotecas em comunidades carentes, vê-se hoje no limite da possibilidade de manter aberto seu Centro de Documentação de Literatura Infantil, com 25.000 livros e 10.000 documentos. Apesar de tudo, continua a acreditar na força da leitura para uma revolução pacífica, fazendo dela condição de sua participação consciente num projeto de desenvolvimento social. E ousa sentenciar: sem condição de leitura permanente para todos, base de uma educação de qualidade, não há plano econômico que resolva os problemas brasileiros.

* Pedagoga, secretária-geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), diretora do Instituto Nazaré